



Senadores retomam trabalhos com projetos da reforma política

Das 13 propostas analisadas em julho, 7 foram aprovadas pelo Plenário e outras 6 voltam a ser discutidas amanhã pelos parlamentares

Moreira Mariz/Agência Senado — 14/7/2015



Os textos que estão pendentes de votação tiveram a análise adiada para este semestre por falta de acordo. Com isso, poderão ser comparados com projeto de mudanças na política aprovado pela Câmara e que chegou recentemente ao Senado. Entre os assuntos tratados nas propostas, estão a distribuição do tempo de propaganda partidária semestral na TV e no rádio; novas eleições para cargo majoritário quando o eleito for cassado ou perder o mandato; limitação do conteúdo das mensagens e imagens dos candidatos; e regras para a contratação de pessoal pelos partidos. Os sete projetos já aprovados e os seis que ainda serão votados foram analisados previamente pela Comissão da Reforma Política, que esta semana define o plano de trabalho para o semestre. **3**

Projetos da reforma política estão tramitando em regime de urgência, com prioridade para votação em Plenário

Grupo analisa mudança sobre a atuação da Petrobras no pré-sal

Será instalada amanhã a comissão especial de 27 senadores encarregada de analisar o projeto que libera a Petrobras de participação mínima obrigatória de 30% na exploração do pré-sal. A proposta, de José Serra, foi debatida por sete horas em sessão temática no final de junho, mostrando divergências entre senadores, especialistas e autoridades. **5**

Agência Petrobras



Comissão terá 45 dias para apresentar parecer sobre a exploração do pré-sal

Governo envia projeto que reduz meta de superávit **4**

Conselho de Comunicação se reúne hoje à tarde **2**

ARQUIVO **S**

Revolução Federalista envolveu senadores

A guerra civil que abrangeu os estados da Região Sul foi provocada pela proclamação da República. As velhas elites gaúchas não aceitaram perder o poder e tentaram derrubar o governador do Rio Grande do Sul, a partir de 1893. O senador Eduardo Wandenkolk lutou ao lado dos rebeldes e o colega Pinheiro Machado ajudou o governador comandando uma divisão militar. **8**



Presidente Prudente de Moraes celebra a paz no Sul, em charge de 1895

Arquivo Nacional

Comissões de inquérito voltam ao trabalho

Amanhã, comissão instalada para investigar a CBF define o plano de trabalho. Na quinta, CPI que apura irregularidades no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais colhe depoimentos de investigados. **6**

Debates sobre terceirização já chegaram a 11 estados **7**



Audiência promovida na sexta em Boa Vista: Comissão de Direitos Humanos quer discutir proposta em todo o país

Vinícius Bordin

Haitianos no Brasil são tema de audiência **7**

Sancionada lei para combater desertificação **5**

Marcos Oliveira/Agência Senado — 15/7/2015



Novos integrantes do Conselho de Comunicação Social tomaram posse em 15 de julho e foram recebidos por Renan (C)

Conselho de Comunicação tem primeira reunião hoje

Formação das comissões temáticas e alteração do regimento interno estão na pauta da reunião do colegiado, que tem nova composição. Conselho será presidido pelo advogado Miguel Ângelo Cançado

O CONSELHO DE Comunicação Social do Congresso (CCS) reúne-se hoje, às 14h, para discutir a alteração do regimento interno do colegiado e a formação das comissões temáticas que o integrarão.

Essa será a primeira reunião do conselho com sua nova composição. Os integrantes tomaram posse no dia 15 de julho. Na ocasião, o advogado Miguel Ângelo Cançado foi escolhido para a presidência do grupo. Ele integra o colegiado como representante da sociedade civil e foi indicado pela OAB. O vice-presidente, eleito por maioria, é Ronaldo Lemos, que também representa a sociedade civil.

O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação e outras entidades civis e parlamentares entraram

com mandato de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo a anulação do ato de nomeação dos novos integrantes do conselho.

Eles argumentam que a sessão do Congresso na qual os membros foram eleitos não registrou quórum mínimo de 257 deputados e 41 senadores para deliberação. Segundo a Lei 8.389/1991, que regulamenta o órgão, o conselho deve ser eleito em sessão conjunta das duas Casas. Também alegam que, contrariando o Regimento Comum do Congresso, a pauta não foi distribuída aos parlamentares com a antecedência de 24 horas.

O conselho foi criado pela Constituição de 1988 e é composto por 13 titulares e 13 suplentes, com mandato de dois anos, com a missão de

representar empresas, categorias profissionais e sociedade. Também participa um engenheiro com conhecimento na área de comunicação social.

O conselho elabora estudos, pareceres e atende solicitações que lhes forem encaminhadas pela Câmara ou pelo Senado sobre assuntos que digam respeito à comunicação social. Entre eles, liberdade de manifestação do pensamento; publicidade, diversões e espetáculos públicos; produção e programação das emissoras; monopólio ou oligopólio dos meios de comunicação; e outorga e renovação de concessão, permissão e autorização de serviços de radiodifusão.

As reuniões do conselho estão programadas para as primeiras segundas-feiras de cada mês, no Senado.

Servidores da Casa dão palestra em Pernambuco

O diretor-adjunto da Secretaria Agência e Jornal do Senado, da Secretaria de Comunicação Social do Senado (Secom), Flávio Faria, e Tarso Rocha, do Núcleo de Mídias Sociais da Secom, participaram na sexta-feira do Seminário Comunicação Legislativa e Cidadania, promovido pela Assembleia Legislativa de Pernambuco.

A rotina de trabalho na Comunicação do Senado foi descrita por Faria, que defendeu a cobertura completa das atividades, seguindo o princípio da transparência das instituições públicas e funcionando como prestação de contas à sociedade.

— O povo pode interferir nas decisões, mas ele precisa saber que tem esse poder. Hoje, a maioria das pessoas não tem essa percepção — afirmou.

Ele participou do debate sobre critérios de noticiabilidade e como definir a linha editorial dos veículos de comunicação de órgãos públicos.



Flávio Faria e Tarso Rocha falaram sobre a rotina da Comunicação da Casa



Rocha, integrante do Serviço de Gestão de Perfis e Conteúdo do Núcleo de Mídias Sociais da Secom, participou do seminário na mesa “Novas mídias, convergência e participação cidadã”. Ele apresentou o caso da gestão dos perfis noticiosos do Senado em redes sociais como Facebook, Twitter e Instagram e como se dá a interação com os cidadãos.

A discussão apontou que, com as redes sociais, diversos atores passam a produzir,

distribuir e ter acesso a conteúdo. Esses atores podem impactar o governo, a economia e a sociedade, precisando ser encarados com atenção.

O seminário, iniciado na quinta-feira, discutiu prioritariamente o planejamento e o uso de novas mídias. Especialistas de todo o país debateram os desafios para a implementação dos serviços de comunicação com foco no cidadão pelas instituições públicas.

Assembleia Legislativa de Pernambuco

Senado do Futuro terá ciclo de encontros no segundo semestre

A Comissão Senado do Futuro (CSF) vai promover um ciclo de encontros a partir deste mês, conforme informou o presidente do colegiado, Wellington Fagundes (PR-MT).

Em agosto, a comissão debaterá o tema “Impasses e perspectivas da sociedade brasileira” e, em setembro, o tema será “Senado do futuro e o Senado para o futuro”.

“Futuro das cidades e cidades sustentáveis” será a temática do encontro de outubro e “Democracia, instituições e representação popular”, a de novembro. Já em dezembro, a comissão abordará o tema “Crescimento eco-

nômico e desenvolvimento sustentável”.

— A comissão pode ajudar o Senado a pensar o que representa para o futuro do Brasil, mas também aquilo que pode, com a sociedade, construir como agenda positiva — afirmou Wellington.



Presidente do colegiado, Wellington aposta em parceria com a sociedade

Gerardo Magela/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

CDH Haitianos
9h Audiência pública discute a situação dos haitianos no Brasil. À tarde, às 14h, a comissão faz audiência sobre promoção da saúde da população.

AERONÁUTICA Reunião
10h Reunião da Comissão de Reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.

CCS Novos integrantes
14h O Conselho de Comunicação Social faz primeira reunião com novos membros.

PLENÁRIO Sessão não deliberativa
14h A sessão é destinada a discursos.

TERÇA

CCT Emissão de certidões
9h Na pauta, item que disciplina a emissão eletrônica de certidões.

CMA Infração contra consumidor
9h30 A comissão pode analisar proposta que fixa prazo para apurações de infrações contra o consumidor.

CAE Tributação favorecida
10h A comissão estuda texto que modifica os critérios de identificação de países com tributação favorecida.

CONGRESSO Cooperativismo
10h Sessão solene para comemorar o Dia Internacional do Cooperativismo.

PRÉ-SAL Participação da Petrobras
11h Instalação da comissão especial para análise do projeto que revoga a participação obrigatória da Petrobras na partilha de produção de petróleo do pré-sal.

CPI DA CBF Plano de trabalho
14h A CPI apresenta plano de trabalho.

CMO Colegiado de líderes
14h Reunião do colegiado de líderes.

REFORMA POLÍTICA Plano de trabalho
14h30 A comissão discute o plano de trabalho para o semestre.

QUARTA

CI Indicados para a Anac
8h30 Sabatina de José Ricardo Botelho de Queiroz e de Ricardo Fenelon das Neves Junior para a diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil.

QUINTA

CAS Grandes fortunas
9h O PLS 534/2011, sobre a tributação de grandes fortunas, é um dos itens da pauta da reunião deliberativa.

CDR Economia criativa
9h Audiência interativa discute a importância da economia criativa no desenvolvimento regional. Entre os convidados, representantes do Ministério da Cultura.

CCI Bens do tráfico
10h Pauta inclui o PLS 304/2011, sobre a destinação dos bens apreendidos do tráfico, e a PEC 18/2015, que cria novo critério para ordem de suplência de senador.

CE Programas educacionais
10h Audiência pública interativa sobre Fies, Pronatec e Ciência sem Fronteiras.

SESSÃO ESPECIAL TV Globo
11h Sessão especial comemora cinquentenário das atividades da TV Globo.

CE Bolsa para universitários
14h A comissão analisa, entre outros, o PLS 214/2010, que institui a Bolsa de Permanência Universitária.

CPI DO CARE Depoimentos
9h A CPI ouve os executivos Mauro Marcondes Machado, Paulo Arantes Ferraz e Maurício Taveira e Silva.

CRE Embaixadores
10h A comissão analisa projetos em pauta. Na segunda parte da reunião, os senadores avaliam o nome de Flávio Hugo Lima Rocha Junior para o cargo de embaixador do Brasil no Senegal e, cumulativamente, na República da Gâmbia, e o nome de José Borges dos Santos Junior para o cargo de embaixador do Brasil na Confederação Suíça e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein.

PROCURADORIA DA MULHER Debate
10h A Procuradoria da Mulher do Senado promove debate sobre a Lei Maria da Penha e agravos da violência intrafamiliar na primeira infância.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, **audiência pública da Comissão de Direitos Humanos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Senado retoma discussão da reforma política

Após aprovarem sete propostas sobre regras eleitorais em julho, senadores voltam a debater amanhã seis projetos que estão na pauta, como novas normas para propaganda em rádio e TV

O PLENÁRIO DEVE voltar amanhã a discutir projetos da reforma política. Os senadores encerraram o semestre aprovando sete propostas sobre o tema e outras seis tiveram a discussão adiada por falta de acordo e entraram na pauta de amanhã. Isso aconteceu para que os textos fossem comparados com o projeto de mudanças nas regras da política aprovado na Câmara e que chegou recentemente ao Senado (PLC 71/2015).

A primeira proposta na pauta é o PLS 440/2015, que distribui o tempo semestral de propaganda partidária em cadeia de rádio e TV de acordo com o tamanho da bancada do

partido na Câmara. Logo em seguida, os senadores podem analisar o PLS 442/2015, que prevê novas eleições se o eleito em cargo majoritário (prefeito, governador, senador e presidente) for cassado ou perder o mandato, independentemente do número de votos anulados.

Também podem ser discutidos o PLS 474/2015, que confere efeito suspensivo aos recursos contra sentença de juiz eleitoral que casse o diploma de prefeito, vice-prefeito e vereador, e o PLS 464/2015, que altera o calendário das eleições adiando escolha e registro de candidatos, retardando o início da propaganda no rádio e na TV, reduzindo o tempo diário



Marli Nogueira/Agência Senado

Mudanças nas regras eleitorais são os primeiros itens da pauta do Plenário, como novos pleitos em caso de cassação

de propaganda e o período de campanha. O projeto ainda limita gastos de campanha com pessoal e restringe o conteúdo das propagandas a imagens dos próprios candidatos.

Além dessas, duas outras propostas de reforma política

estão na pauta da semana: o PLS 481/2015, que prevê que o tempo de propaganda de rádio e TV para candidatos a cargos do Executivo será apenas o tempo a quem têm direito os partidos do candidato e do vice, e o PLS 482/2015, que

regulamenta a contratação de pessoas pelos partidos.

Outros dois projetos polêmicos estão na pauta de amanhã: o PLC 41/2015, que fixa o plano de carreira dos servidores do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público, e o PLS 277/2014, que obriga a atualização contínua da base de cálculo do IPTU.

O PLS 277 altera a Lei de Responsabilidade Fiscal para obrigar as prefeituras a fazer a revisão monetária do IPTU. A proposta tem o apoio da Comissão Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo e atende pedido da Frente Nacional de Prefeitos e da Confederação Nacional de Municípios. As entidades alegam que o IPTU é cobrado muitas vezes sobre valor bem abaixo do que o imóvel vale e os prefeitos não atualizam para não serem lembrados por terem aumentado o IPTU.

O projeto, do ex-senador Antonio Carlos Rodrigues, busca resolver o problema ao incluir a obrigação na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Comissão define nova pauta sobre mudanças eleitorais

A Comissão da Reforma Política do Senado se reúne amanhã, às 14h30, para definir o plano de trabalho para o restante do ano. No primeiro semestre, a comissão enviou 13 projetos ao Plenário em regime de urgência. Sete já foram aprovados e seis, pendentes de acordo das lideranças, terão prioridade no retorno das sessões deliberativas.

Um dos grandes desafios da comissão neste semestre será propor ao país um novo modelo de financiamento de campanha eleitoral, tema que tem se revelado de difícil consenso. Na comissão, há propostas para manter a forma atual, com doações de pessoas e empresas, mas com regras novas, e outras que revolucionam as normas vigentes.

O PLS 416/2015, por exemplo, proíbe doações de empresas e mantém o limite de até R\$ 10 mil ao ano para os

recursos de pessoas físicas. A proposta, de Lasier Martins (PDT-RS), prevê que as campanhas devem ser financiadas com verba do Fundo Partidário, das doações de pessoas físicas e de recursos do candidato. O senador argumenta que as denúncias envolvendo a Petrobras demonstram o risco de empresas serem usadas em prejuízo à democracia.

Projeto de Reguffe (PDT-DF), por sua vez, determina que as campanhas devem ser bancadas só com dinheiro público. Pelo PLS 36/2015, quem violar a regra pode perder o mandato.

Em discurso, Fátima Bezerra (PT-RN) disse ser contra o financiamento empresarial às campanhas porque o modelo alimenta os vícios, as distorções e os escândalos da história política nacional

Para o presidente da comissão, Jorge Viana (PT-AC), sem mudanças nas re-

gras de financiamento de campanha, o Senado não vai fazer a reforma que o país espera. Ele informou que o tema será debatido em audiência neste mês.

Já Aécio Neves (PSDB-MG) defendeu mudanças nas regras de doações. Ele afirmou que o PSDB vai propor o financiamento misto, com limite por empresa. Para o senador, a proibição do financiamento privado pode gerar maneiras de driblar a norma e restabelecer o caixa dois.

Pela proposta (PLC 75/2015), aprovada pelos deputados e que será analisada pela comissão, as empresas poderão doar somente aos partidos e deve haver limites para as doações. Além disso, como lembrou o relator da comissão, Romero Jucá (PMDB-RR), os deputados ainda estão analisando uma proposta de emenda à Constituição sobre o tema.

Fim da guerra fiscal é desafio para o segundo semestre

O Senado terá de resolver, no segundo semestre, um dos maiores desafios do pacto federativo: a reforma do ICMS. O tema está na pauta da Casa desde 2013. A maioria dos estados precisa da reforma para legalizar os incentivos da guerra fiscal, e o governo federal também a defende para estimular a retomada da economia. Há, porém, uma série de obstáculos e riscos pelo caminho.

O Projeto de Resolução do Senado (PRS) 1/2013, com a redução das alíquotas interestaduais do imposto, chegou a ser aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em 2013. Quando estava pronto para votação em Plenário, requerimentos de Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) levaram o projeto para as Co-

missões de Desenvolvimento Regional (CDR) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Na CDR, o relator, Wellington Fagundes (PR-MT), vem mantendo entendimentos para a elaboração de um substitutivo.

Um dos pontos da reforma é a redução das alíquotas interestaduais, com o fortalecimento da tributação no destino das mercadorias. Alíquotas interestaduais elevadas

como as praticadas hoje na origem — de 7% nos estados ricos e de 12% nos pobres — dão margem à guerra fiscal. Muitos estados reduzem as alíquotas para atrair investidores privados.

Do ponto de vista legal, os incentivos só podem ser dados com a anuência dos representantes de todos os estados no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).



Senadores e governadores se reuniram em maio para debater pacto federativo

Erikson Rodrigues/Agência Senado - 20/5/2015

MP tenta resolver impasse sobre compensação de perdas

Um dos obstáculos para a reforma são as perdas que alguns estados passam a ter na balança interestadual de mercadorias — quando um produto sai de um estado para outro. Na primeira tentativa de reforma, em 2013, o governo chegou a editar medida provisória criando dois fundos: um para compensar as perdas e outro para melhorar a competição dos estados com pouca infraestrutura. Mas o próprio governo recuou na época e agora a recriação desses mecanismos é proposta pela MP 683/2015.

Entretanto, a criação dos fundos é condicionada à instituição de multa de regula-

rização cambial sobre ativos mantidos por brasileiros no exterior. A multa é prevista no PLS 298/2015, de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

A MP tem muitos defensores, como Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), e críticos, como Cássio Cunha Lima (PSDB-PB). Para ela, a reforma do ICMS ainda não prosperou por falta de política de compensação de perdas na receita de alguns estados com a unificação da alíquota em vendas interestaduais. Cássio, porém, aponta problema na origem dos recursos do fundo. Para ele, além de criar uma “lavanderia internacional”, a medida é provisória e aposta em recursos finitos.

Executivo enviou projeto de lei que reduz a meta de economia para pagar juros da dívida para 0,15% do PIB e propõe corte adicional de R\$ 8,6 bi no Orçamento de 2015

Nova meta de superávit chega ao Congresso

O GOVERNO ENVIOU ao Congresso projeto de lei (PLN 5/2015) que reduz de 1,1% para 0,15% a meta de superávit primário para 2015. A proposta altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2015 e revisa a meta de economia para pagar os juros da dívida pública (o superávit primário) de R\$ 66,3 bilhões, igual a 1,19% do PIB, para R\$ 8,7 bilhões, ou 0,15% do PIB. Informa

também o corte adicional de R\$ 8,6 bilhões no Orçamento de 2015, o que deverá totalizar contingenciamento acumulado de R\$ 79,4 bilhões nos gastos dos Poderes da República no ano.

O projeto determina que a lei orçamentária de 2015 deverá ser compatível com meta de superávit primário de R\$ 5,8 bilhões para os orçamentos fiscal e da seguridade social e de zero para o

Programa de Dispêndios Globais, no qual as empresas dos grupos Petrobras e Eletrobras não serão consideradas. Fixa ainda a meta estimada para estados, Distrito Federal e municípios em R\$ 2,9 bilhões.

O governo também diz que a iniciativa para pagar os juros da dívida considera a Medida Provisória 685/2015, que instituiu o Programa de Redução de

Litígios Tributários, e o PLS 298/2015, que permite a repatriação de dinheiro mantido no exterior por residentes e domiciliados no Brasil. As duas propostas estão em análise no Congresso.

A meta considera também a receita de concessões e permissões, estimada em R\$ 18,2 bilhões, e frisa que, frustradas as previsões, a meta de superávit primário será mais uma vez reduzida.

Senado aprova três medidas do ajuste fiscal no primeiro semestre

No primeiro semestre, senadores analisaram propostas do Poder Executivo referentes ao ajuste fiscal das contas públicas. Foram aprovadas três medidas provisórias, que geraram debates e suscitaram visitas de ministros ao Congresso, entre eles Joaquim Levy, da Fazenda, e Nelson Barbosa, do Planejamento.

A MP 664/2014, aprovada na forma do PLV 4/2015 e convertida na Lei 13.135/2015, tornou mais rígidas as regras para concessão do auxílio-doença e da pensão por morte. Durante a votação, Câmara e Senado aprovaram emenda determinando a não aplicação do fator previdenciário para as aposentadorias quando a soma da idade do segurado com o tempo de contribuição for igual ou superior a 95, no caso de homem, ou 85, no de mulher. Dilma Rousseff vetou a alteração e editou medida provisória (MP 676/2015) com previsão de progressividade na "fórmula 85/95", que será examinada por comissão mista para verificar o cumprimento dos critérios de admissibilidade. O veto terá de ser votado pelo Congresso.

Outra MP aprovada foi a 665/2014 (PLV 3/2015), transformada na Lei 13.134/2015, que enfrentou forte oposição das centrais sindicais durante a tramitação no Congresso. O texto tornou mais rigorosas as regras para concessão do abono salarial, do



Senadores aprovam MP que muda regras para concessão do auxílio-doença e da pensão por morte

seguro-desemprego e do seguro-defeso (concedido a pescadores artesanais no período de proibição da pesca).

A aprovação da MP 665 no Senado foi marcada por muitas críticas ao texto, até mesmo entre alguns governistas. Grande parte delas foram direcionadas ao ministro Joaquim Levy. Os senadores lembraram o fato de o governo basear o ajuste em medidas que prejudicam os trabalhadores, apesar de, na campanha eleitoral de 2014, a presidente ter afirmado que não o faria. Ao sancionar o texto, Dilma vetou o artigo que garantia o acesso dos assalariados rurais ao seguro-desemprego.

Também foi aprovada pelo Congresso a MP 668/2015, que tornou-se a Lei 13.137/2015, elevando impostos sobre mercadorias importadas. A alíquota

do PIS-Pasep para a entrada de bens importados no Brasil passa de 1,65% para 2,1%. No caso da Cofins, sobe de 7,6% para 9,65%. O objetivo da medida, segundo o governo, é aumentar a arrecadação e proteger a indústria nacional. A estimativa é de que, com a MP, a arrecadação anual com importações aumentará em R\$ 1,19 bilhão a partir de 2016. Só neste ano, o impacto poderá ser R\$ 694 milhões.

Na votação da medida, o Senado aprovou também dispositivo inserido pela Câmara que autoriza o Parlamento a celebrar parcerias público-privadas (PPPs), prerrogativa hoje exclusiva do Executivo. Pelas PPPs, a iniciativa privada arca com a obra e, em contrapartida, pode explorar serviços do empreendimento. O dis-

positivo é de interesse do presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha, porque viabiliza a construção de um shopping, assunto hoje em discussão naquela Casa. Senadores criticaram a introdução de assunto estranho ao objetivo principal da medida no texto.

Desonerações

Em agosto, o Senado deve votar a última medida do ajuste fiscal, o projeto de lei que reduz as desonerações na folha de pagamento. Já aprovado pelos deputados, o PL 863/2015, do Executivo, aumenta as alíquotas incidentes sobre a receita bruta das empresas de 56 setores da economia que, desde 2011, foram autorizadas a trocar a contribuição patronal para a Previdência, de 20% sobre a folha de pagamentos, por alíquotas de 1% e 2% sobre a receita bruta. Com a mudança, pagariam 2,5% e 4,5%, respectivamente. Os deputados aprovaram emendas com alíquotas intermediárias.

A proposta, que entrará na pauta do Senado, repete os termos da Medida Provisória (MP) 669/2015, devolvida pelo presidente do Congresso, senador Renan Calheiros, em 3 de março. Ao justificar a decisão, ele disse não considerar "um bom sinal" para a democracia e a estabilidade econômica o aumento de tributos por medida provisória. Com a devolução, a MP perdeu eficácia.

Especialistas da comissão de reforma do Código de Aeronáutica reúnem-se hoje

A comissão de especialistas criada para discutir a atualização do novo Código Brasileiro de Aeronáutica reúne-se hoje para que os subgrupos do colegiado comecem a apresentar sugestões, dentro do cronograma definido na reunião de 13 de julho.

O subgrupo da aviação civil vai mostrar propostas sobre questões como autoridade aeronáutica, meio ambiente e prevenção de acidentes. Já o subgrupo de transporte aéreo deve expor proposta que trata da participação de capital estrangeiro nas empresas aéreas brasileiras. Em 14 de

setembro, o subgrupo tratará de temas como contratos de transporte aéreo e modelos de outorga.

Formada por especialistas e autoridades do setor aéreo, a comissão tem até o fim do ano para elaborar um anteprojeto de reforma do código. O trabalho foi dividido em três áreas: navegação aérea, organização da aviação civil e transporte aéreo. Um quarto grupo vai tratar de temas residuais.

Após a aprovação na comissão, o texto elaborado será transformado em projeto de lei a ser analisado pelo Senado e pela Câmara dos Deputados.

Proposta permite capital estrangeiro na aviação civil brasileira

A aviação civil no país poderá receber investimentos estrangeiros. É o que propõe o PLS 330/2015, de Raimundo Lira (PMDB-PB). Pronto para votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o texto tem voto favorável do relator, Jader Barbalho (PMDB-PA).

O projeto revoga dispositivos do Código Brasileiro de Aeronáutica, eliminando as barreiras para ingresso de capital externo no setor. A proposta elimina também a exigência de que a direção das empresas seja formada exclusivamente por brasileiros.

Para Lira, o setor é marcado por grande concentração e as tarifas somente se reduzirão se houver um número maior de empresas ofertando o serviço. O relator concordou que a abertura ao capital estrangeiro possibilitaria a ampliação da oferta, aumentando a concorrência, reduzindo tarifas e ampliando o número de localidades atendidas.

Se for aprovado e não houver recurso ao Plenário, o texto irá para a Câmara.

Indicados para cargos de direção na Anac serão sabatinados

A Comissão de Infraestrutura (CI) sabatina na quarta-feira José Ricardo Pataro Botelho de Queiroz e Ricardo Fenelon das Neves Junior, indicados para cargos de diretores da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Formado em direito, Queiroz fez curso de formação de delegado na Academia Nacional de Polícia Federal e tem cursos na área de segurança. Foi secretário nacional de Segurança para Grandes Eventos e serviu na Organização de Aviação Civil Internacional.

Neves Junior é bacharel em direito e especializou-se em arbitragem internacional e resolução de disputas na Universidade de Georgetown (EUA). Atuou como advogado com ênfase em direito administrativo, concorrencial e de infraestrutura e regulação.

Eles foram indicados pela Presidência da República e têm relatórios favoráveis na CI de Sandra Braga (PMDB-AM) e Valdir Raupp (PMDB-RO), respectivamente.



Reunião de trabalho da comissão, em julho: integrantes devem apresentar anteprojeto neste ano

Grupo avaliará atuação da Petrobras no pré-sal

Comissão de 27 senadores, que será instalada amanhã, vai analisar projeto que revoga a participação obrigatória da estatal nas operações de exploração e produção



Otto Alencar será o presidente da comissão, formada para analisar projeto de lei de José Serra



Jefferson Rudy/Agência Senado

A COMISSÃO ESPECIAL que analisará o projeto sobre a participação obrigatória da Petrobras no modelo de partilha de produção de petróleo na exploração do pré-sal será instalada amanhã, às 11h. A proposta (PLS 131/2015) é de José Serra (PSDB-SP).

A comissão será presidida por Otto Alencar (PSD-BA). A relatoria e a vice-presidência serão decididas na reunião de instalação, originalmente marcada para 15 de julho.

A criação de uma comissão para tratar do assunto havia sido requerida por Walter Pinheiro (PT-BA) em 30 de junho, mesmo dia em que o assunto foi debatido por sete horas em sessão temática no Plenário. Na ocasião, foram expostas divergências de opiniões entre senadores, especialistas e autoridades.

A criação da comissão também foi defendida por Tasso Jereissati (PSDB-CE) no início de julho, após intensa discussão em Plenário sobre reque-

ramento, apoiado por 46 senadores, que retirava o caráter de urgência da tramitação do projeto.

A comissão especial, com 27 integrantes, funcionará por 45 dias. Uma das vagas, pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT e PP), ainda não foi preenchida.

O projeto acaba com a obrigatoriedade de a Petrobras ter participação mínima de 30% nas operações do pré-sal. Pela lei atual, a empresa também precisa ser responsável pela condução e execução, direta ou indireta, de todas as atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento e produção. Serra esclareceu que o projeto apenas retira a obrigatoriedade de a Petrobras estar presente como operadora única e financiar 30% de cada poço do pré-sal.

O senador observou que o relator, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), introduziu dispositivo segundo o qual a Petrobras terá preferência em cada licitação.

Viana quer que ministro da Fazenda preste informações sobre royalties

Qual o dinheiro decorrente da exploração do petróleo e do pré-sal que o governo destinou até agora ao financiamento da educação e da saúde? Essa questão integra requerimento de informações que



Jefferson Rudy/Agência Senado

o primeiro-vice-presidente do Senado, Jorge Viana (PT-AC), apresentou à direção da Casa para ser enviado ao ministro da Fazenda, Joaquim Levy.

O requerimento pede ainda informações sobre quanto cada estado e cada município recebeu até agora, pergunta qual a estimativa de recursos a serem aplicados e questiona sobre a hipótese de o Supremo Tribunal Federal (STF) ter limitado o investimento desse dinheiro em educação e saúde.

Viana apresentou o pedido à Mesa em 16 de julho. Designado relator da matéria, Zeze Perrella (PDT-MG) vai ainda apresentar um parecer.

Na justificativa do pedido, Viana afirma que a Lei 12.858/2013 destina 75% dos royalties do petróleo e 50% do Fundo Social do pré-sal para a educação, bem como 25% desses royalties para a saúde pública. O senador lembra que, ao sancionar a lei, a presidente Dilma Rousseff "saliou a importância desses recursos para tornar irreversível o processo de redução da desigualdade no Brasil".

— A presidente ressaltou que os

repasses representam mais investimentos em escolas de tempo integral, creches, capacitação para professores e melhores remunerações. Ademais, a nova legislação permite incremento substancial na qualidade dos serviços públicos de saúde — diz.

No requerimento, o senador questiona qual o montante de recursos destinados, até a presente data, para o financiamento da educação e da saúde públicas, tendo em vista a Lei 12.858/2013. Desse montante, ele quer saber quanto foi repassado para cada estado e para cada município.

Viana também solicita ao ministro qual a estimativa de recursos, na lei orçamentária vigente, destinados à educação e à saúde públicas em decorrência da exploração de petróleo. O senador requer que seja feita a discriminação da parcela referente ao pré-sal. Viana ainda questiona se essas previsões iniciais estão mantidas ou se há uma nova estimativa.

O parlamentar questiona também se as previsões da Lei 12.858 estão em plena eficácia ou se alguma decisão do STF as limitou. Se houve decisão do Supremo sobre o assunto, Viana quer saber quais as repercussões na destinação dos recursos de educação e saúde para os estados e os municípios.

Frente Parlamentar de Logística lança agenda de trabalho

A Frente Parlamentar Mista de Logística de Transportes e Armazenagem vai lançar no dia 19 a agenda de trabalhos para 2015–2016. O evento terá um debate sobre navegação de cabotagem, do qual participarão os Ministérios da Agricultura e dos Transportes e a Secretaria Especial de Portos.

A informação foi repassada em entrevista à Rádio Senado pelo presidente da frente,

Wellington Fagundes (PR-MT). O senador adiantou que o grupo apresentará propostas que reduzam o custo dos fretes e ampliem a oferta dos transportes ferroviário e hidroviário. Além disso, informou que duas audiências sobre esses modais estão programadas para agosto e setembro.

— O Brasil precisa ter seus transportes interconectados. — afirmou o senador.

Para Wellington, as parcerias público-privadas e as concessões públicas precisam ser mais bem usadas pelos governantes para alavancar a construção, reforma e ampliação de portos e aeroportos, por exemplo.

— Precisamos investir no nosso transporte de carga. O Brasil precisa buscar parceiros que tenham experiência e recursos para nos ajudar.

Sancionada política que visa combater a desertificação

A presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei 13.153/2015, que institui a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca. A norma foi publicada na edição de sexta-feira do *Diário Oficial da União*.

A nova legislação é resultado do Projeto de Lei do Senado (PLS) 70/2007, aprovado pela Casa no último dia 8. O objetivo da nova política, de autoria do ex-senador Inácio Arruda, é promover ações preventivas na região semiárida, suscetível à desertificação, para evitar práticas que resultem na degradação da terra. O texto estabelece princípios e objetivos da política e autoriza o Executivo a criar a Comissão Nacional de Combate à Desertificação

(CNCD). Essa instância será responsável por programar ações e articular as iniciativas de órgãos federais, estaduais e municipais.



Evitar práticas que degradem as terras é um dos objetivos da lei sancionada

Francisco Leal / Governo do Estado do Piauí

Começa a vigorar lei que moderniza arbitragem na solução de conflitos

Começou a vigorar no dia 27 a Lei 13.129/2015, que atualiza o instituto da arbitragem e amplia o campo de aplicação desse método de solução de conflitos patrimoniais. A lei é uma opção para quem prefere resolver controvérsias fora dos tribunais.

O objetivo da modernização da lei foi tornar a arbitragem mais acessível e reduzir o volume de processos que chegam à Justiça. Uma das novidades é a previsão do uso da arbitragem em questões com o setor público. Assim, uma empresa em conflito com o governo federal, estado ou município poderá recorrer a esse método.

O árbitro ou conjunto de árbitros será escolhido pelas partes envolvidas, de comum acordo. Devem ser especialistas no assunto relativo à controvérsia, não necessariamente advogados. A sentença será anunciada no prazo combinado entre as partes, podendo haver prorrogação. Na ausência de previsão de prazo, o tempo máximo para

sentença será de seis meses.

A iniciativa de propor a reforma da legislação foi do presidente do Senado, Renan Calheiros, que em 2013 instituiu comissão especial de juristas para elaborar um anteprojeto. Presidida pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luis Felipe Salomão, a comissão entregou o texto em outubro de 2013.

Convertida em projeto de lei, a proposta foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em dezembro de 2013, em decisão terminativa, sem passar pelo Plenário. Em 2014, o texto tramitou na Câmara, voltando ao Senado em maio deste ano.

Na sanção, em maio, a presidente Dilma Rousseff vetou itens que permitiam a arbitragem em questões trabalhistas e em contratos de adesão, aqueles em que o consumidor tem de aceitar todos os termos para efetivar uma compra. Nesses litígios, o consumidor pode recorrer aos Procons ou aos juizados especiais.

A CPI da CBF, última comissão de inquérito do Senado a ser instalada no semestre passado, define o plano de trabalho, e a CPI do Carf teve depoimentos de investigados

CPIs retomam as atividades nesta semana

DUAS DAS COMISSÕES parlamentares de inquérito em andamento no Senado voltam a funcionar nesta semana. A CPI da CBF, dedicada a investigar a Confederação Brasileira de Futebol, se reúne amanhã para definir o plano de trabalho. O relator da comissão, Romero Jucá (PMDB-RR), apresentará proposta de cronograma, convocações e pedidos de informação.

— A CPI vai investigar quem precisar investigar. Agora, o resultado tem que ser propositivo. Temos um desafio: a CPI tem que enquadrar quem cometeu algum crime, mas não basta isso, temos que melhorar o futebol brasileiro — afirmou o senador na primeira reunião da CPI, em julho.

Na ocasião, Romário (PSB-RJ), que preside o colegiado, citou nomes de dirigentes da CBF como alvos específicos, como o presidente Marco Polo Del Nero e os ex-presidentes José Maria Marin e Ricardo Teixeira. Ele garantiu que não



O senador Romário preside a CPI da CBF, que terá 180 dias para concluir o trabalho, e Ataídes Oliveira, a CPI do Carf

poupará esforços, mesmo se a confederação obstruir as investigações.

— Posso afirmar que o trabalho passa por abrir o sigilo da CBF, de federações, de clubes, de dirigentes, de presidentes. Esse é o papel da CPI e tenho certeza de que, pelo menos no que se refere à minha parte, vou tentar fazer da melhor

forma possível — disse.

Jucá e Romário confirmaram que devem pedir colaboração no exterior, especialmente do FBI, que conduz operação internacional contra a corrupção no futebol. Com 11 membros, a CPI da CBF verificará possíveis irregularidades em contratos firmados para a realização de partidas da Seleção Brasileira,



Pedro Franco/Agência Senado

de campeonatos organizados pela CBF e das Copas das Confederações, de 2013, e do Mundo de 2014. A comissão terá 180 dias para concluir os trabalhos.

Já a CPI do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) retoma as atividades na quinta-feira, quando deverá ouvir depoimentos de inves-

tigados cujos requerimentos de convocação foram apresentados pelo presidente da CPI, Ataídes Oliveira (PSDB-TO), e por José Pimentel (PT-CE).

A pedido de Ataídes, foram convocados Paulo Arantes Ferraz, ex-presidente da Mitsubishi no Brasil, e Maurício Taveira e Silva, ex-conselheiro do Carf. Um dos alvos da CPI é o processo em que a Mitsubishi conseguiu, por intermédio de ação no conselho, reduzir autuação da Receita, de cerca de R\$ 266 milhões, para menos de R\$ 1 milhão.

Por solicitação de Pimentel, serão ouvidos Mauro Marcondes Machado, vinculado à Mitsubishi, e Antônio Lisboa Cardoso, que pediu desligamento do Carf recentemente.

Suspeitas de um suposto esquema de pagamento de propinas para conselheiros do Carf, possibilitando anulação de autuações ou redução substancial de tributos, surgiram após a Operação Zelotes, da Polícia Federal.

Quatro comissões de inquérito apuraram irregularidades no 1º semestre

O Senado teve quatro CPIs em funcionamento no primeiro semestre: a do HSBC, a das Próteses, a do Assassinato de Jovens e a do Carf. As comissões fizeram audiências públicas e receberam estudiosos, autoridades e um ministro.

A primeira a ser instalada foi a CPI do HSBC, em março. Foram aprovados requerimentos para quebra de sigilos fiscal e bancário de investigados e para acesso à lista completa dos brasileiros que possuíam conta no banco na

Suíça entre 2006 e 2007. O segundo pedido ainda não foi autorizado pelo Ministério Público e pelo Ministério da Justiça, que detém as informações.

Também em março foi instalada a CPI das Próteses, que foi ao Rio Grande do Sul ouvir delegados da Polícia Civil gaúcha responsáveis pela investigação, instituições hospitalares e médicos e advogados suspeitos de fraudes.

Em audiência, o ministro da Saúde, Arthur Chioro, citou a falta de defini-

ções conceituais e de um sistema de registro para próteses e órteses como dificuldades no combate às fraudes no setor. Ele explicou que a falta de nomenclatura específica impede a padronização de preços e, então, o controle do que é pago aos fornecedores.

A CPI do Assassinato de Jovens foi a terceira a funcionar, em maio. O consenso entre os especialistas ouvidos tem sido que o racismo, a militarização da polícia e a falta de políticas sociais

são as principais causas do aumento das mortes de jovens por homicídio.

Última a ser instalada, a CPI do Carf ouviu, em audiência, o presidente do órgão investigado, Carlos Barreto, e delegados da PF envolvidos na operação, além de empresários, conselheiros e ex-conselheiros suspeitos.

No segundo semestre, duas CPIs começarão a funcionar: a da CBF, já instalada, e a dos Fundos de Pensão, já criada, mas ainda a ser instalada.

CPIs criadas em 2015

CPI	INÍCIO	PRAZO	PRESIDÊNCIA	RELATORIA	O QUE INVESTIGA
HSBC	24/3	21/9	Paulo Rocha (PT-PA)	Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	Contas bancárias não declaradas de brasileiros na filial do banco HSBC na Suíça, entre 2005 e 2007. Estima-se que US\$ 7 bilhões tenham deixado o país sem prestação de contas no período.
Próteses	31/3	28/9	Magno Malta (PR-ES)	Humberto Costa (PT-PE)	Denúncias de superfaturamento de próteses e órteses e de recebimento de comissões por parte de médicos que realizam o procedimento sem necessidade, com material vencido e em quantidade acima da necessária.
Assassinato de Jovens	6/5	3/11	Lídice da Mata (PSB-BA)	Lindbergh Farias (PT-RJ)	Estatísticas de violência contra os jovens no Brasil, com atenção também à população negra. Dados apontam que 53% dos homicídios no país são de jovens e que 68% dessas vítimas são negros. De modo geral, a CPI também debate temas como segurança pública, maioridade penal, sistema carcerário, atuação da polícia e política de repressão às drogas.
Carf	19/5	16/9	Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	Esquema de propinas para manipulação de julgamentos no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), órgão que decide sobre recursos contra a Receita Federal. A Operação Zelotes, da Polícia Federal, investiga o caso, que pode ter gerado prejuízo de R\$ 19 bilhões à Receita a partir da anulação indevida de multas e processos.
CBF	14/7	22/12	Romário (PSB-RJ)	Romero Jucá (PMDB-RR)	A CBF, contratos para partidas da Seleção Brasileira e a organização da Copa de 2014 e da Copa das Confederações de 2013.
Fundos de Pensão	a definir	a definir	a definir	a definir	Irregularidades na administração de recursos financeiros das entidades gestoras dos planos de previdência complementar (fundos de pensão) das sociedades de economia mista e empresas públicas federais.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Silvío Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição e revisão: Cíntia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão
Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Terceirização é discutida em audiências durante recesso

Comissão de Direitos Humanos já promoveu encontros em 11 estados para debater projeto que amplia terceirização. Presidente do colegiado, Paulo Paim prepara proposta alternativa à aprovada na Câmara

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado fez cinco audiências públicas no período do recesso para discutir o projeto de regulamentação da terceirização de mão de obra (PLC 30/2015). O texto, aprovado pela Câmara dos Deputados em abril, será analisado por quatro comissões do Senado (entre elas, a CDH) antes de ir a Plenário.

Na primeira semana de recesso, os debates ocorreram em Fortaleza, Natal e João Pessoa. Na semana passada, em Manaus e Boa Vista. A comissão já fez audiências em 11 estados.

No encontro em Boa Vista, na sexta-feira, foi aprovada a *Carta de Roraima*, contra o aumento da terceirização. Centrais sindicais pediram greve geral para evitar o avanço do que consideram ataques aos trabalhadores.

O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), disse que a falta de fiscais do Trabalho, enquanto cresce o número de empresas terceirizadas, é cada vez pior para os trabalhadores. Segundo o senador, seriam necessários 9 mil fiscais, mas há apenas 2 mil.

Críticas

Telmário Mota (PDT-RR) foi enfático ao pedir apoio da bancada de senadores de Roraima para garantir a defesa dos direitos dos trabalhadores.

— Sabemos que é necessário

terceirizar alguns setores, mas a forma que o projeto propõe, desrespeitando as leis trabalhistas, não é aceitável, porque prejudica a classe trabalhadora — disse o senador.

Fabiano Xavier, presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT) em Roraima, afirmou que a precarização do trabalho leva a total prejuízo dos trabalhadores.

— Conquistas feitas até hoje seriam rasgadas com a CLT, conduzindo à condição de trabalho análogo à escravidão.

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil e do Mobiliário de Roraima, Lourival Gomes disse que são as obras públicas as que mais têm usado a terceirização no estado:

— Vemos inúmeras obras da prefeitura e do governo estadual nessas condições.

Na quarta-feira, o debate foi em Manaus. A Assembleia Legislativa do Amazonas ficou lotada de trabalhadores, políticos e empresários que se manifestavam contra a proposição. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) leu a *Carta do Amazonas*, aprovada na audiência:

— Os amazonenses externam seu mais absoluto repúdio a esse projeto, esperando que o Senado reflita seriamente sobre esse tema, barrando o ataque aos trabalhadores.

Paim afirmou estar satisfeito com a mobilização que vem

percebendo por todo o país.

— A mobilização é fundamental para não permitir que pautas conservadoras como essa passem.

Texto alternativo

Depois de visitar os estados e se reunir com representantes das centrais sindicais, dos empresários e do Judiciário, Paim elabora uma proposta alternativa ao PLC 30/2015. Ele defende a rejeição do texto definido pelos deputados.

— Se assegurarmos para os terceirizados os mesmos direitos daqueles que estão na empresa-matriz, resolvemos a situação sem mexer nos direitos dos 50 milhões que estão na atividade-fim.

A proposta deve prever a responsabilidade solidária, em que a empresa que subcontrata os serviços deve pagar pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias devidas pela empresa contratada, em caso de inadimplência. O projeto também garante aos terceirizados o mesmo piso salarial dos empregados da contratante. O texto deve incluir ainda regras de segurança do trabalho.

A comissão pretende visitar todos os estados. Devem ser feitas ainda cinco audiências regionais e um grande encontro nacional. A ideia é apresentar um relatório final.

— É preciso fazer uma discussão profunda sobre a questão — justifica o senador.



Waldemir Borges/Agência Senado



Jefferson Ruy/Agência Senado

Pelas redes sociais, Paim e Ana Amélia refutaram atitude de Dilma Rousseff

Senadores lamentam veto a reajuste para os aposentados

Ao sancionar a Lei 13.152/2015, que prorroga até 2019 a política de valorização do mínimo, a presidente Dilma Rousseff vetou a extensão do benefício para todos os aposentados e pensionistas do INSS que ganham acima desse valor. Com a decisão, publicada na edição de quinta-feira do *Diário Oficial da União* (DOU), quem recebe benefício acima do mínimo continuará contando apenas com a reposição da inflação.

Na justificativa do veto, a presidente alega que a vinculação entre os reajustes da política de valorização do salário mínimo e dos benefícios pagos pelo Regime Geral da Previdência Social violariam a Constituição.

A mudança não estava no texto original da Medida Provisória 672/2015, que prorrogava até 2019 a política de valorização do mínimo, enviada ao Congresso Nacional pelo Palácio do Planalto em março. A regra foi incluída durante a tramitação do texto na Câmara dos Deputados. O Senado aprovou a MP em 8 de julho. De acordo com o texto, agora convertido em lei, estão mantidas as atuais regras de reajuste do salário mínimo para o período de 2016 a 2019. O salário mínimo atual é de R\$788. O reajuste anual

será baseado na variação do INPC acumulado no ano anterior, acrescido da taxa de crescimento real do PIB apurada dois anos antes.

Um dos principais defensores da extensão da política de reajuste do salário mínimo para todos os aposentados e pensionistas da Previdência Social, Paulo Paim (PT-RS) criticou o veto pelo Twitter. O senador escreveu: “O reajuste para todos os aposentados seria pífio para as contas do governo federal, já que o PIB tem sido zero ou próximo de zero”. Ele disse que vai trabalhar pela derrubada do veto pelo Congresso.

“O governo federal fala muito em diálogo. Por outro lado, uma de suas marcas é o veto a tudo que é aprovado pelo Congresso Nacional. O Congresso tem demonstrado coerência e independência. Agora, com esta situação, só resta derrubarmos o veto. Vamos trabalhar para isso. Gostaria muito de ajudar a governabilidade do nosso país. Mas, assim, fica cada vez mais difícil. Todo dia é uma surpresa negativa”, concluiu o parlamentar.

Ana Amélia (PP-RS) também lamentou a decisão:

“Os aposentados sofrem com a falta de sensibilidade do governo”, escreveu a senadora em sua conta na rede social.

Aloysio alerta para risco de fraude em eleição na Venezuela

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE) do Senado, divulgou nota oficial na quarta-feira alertando sobre os riscos de fraude nas eleições parlamentares na Venezuela. O pleito está marcado para 6 de dezembro, quando a população do país vizinho vai escolher 167 integrantes da Assembleia Nacional.

Aloysio integrou comitiva de oito senadores que esteve na Venezuela em junho para visitar mulheres de presos políticos naquele país. Os parlamentares alegaram que, depois de hostilizados e ameaçados, tiveram que voltar às pressas ao aeroporto.

A seguir, a íntegra da nota oficial:

“O tirano Nicolás Maduro, companheiro do Foro de São Paulo do PT, renega o compromisso assumido com o governo brasileiro, no âmbito da Unasul, de permitir o acompanhamento das eleições venezuelanas por organismos internacionais isentos.

Estamos a caminho de uma fraude eleitoral gigantesca. Dilma Rousseff precisa se pronunciar imediatamente.

Quanto a mim, cobrarei os compromissos assumidos pela diplomacia brasileira e reafirmados pelo ministro Mauro Vieira perante a Comissão de Relações Exteriores do Senado.”



Vinicius Elias/CDH Senado — 29/7/2015

Na Assembleia do Amazonas, participantes da audiência manifestam repúdio ao projeto aprovado pelos deputados

Debate analisa situação dos haitianos no Brasil

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) reinicia as atividades do segundo semestre hoje com audiência pública sobre as condições de vida dos milhares de imigrantes haitianos que chegam ao Brasil em busca de oportunidades. Segundo o presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), a audiência foi pedida pela União Social dos Imigrantes Haitianos.

A audiência poderá ter a participação de qualquer cidadão, por meio de comentários e perguntas (*veja quadro*).

Foram convidados representantes da embaixada do Haiti e da União Social dos Imigrantes, além de representantes dos Ministérios da Justiça e do Trabalho, da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Acre e da Pastoral do Migrante.

ACOMPANHE E PARTICIPE

HOJE, às 9h

▶ Envie sua pergunta ou sugestão:

- <http://bit.ly/audienciainterativa>
- Alô Senado: 0800 612211

▶ Portal e-Cidadania:

www.senado.leg.br/ecidadania

▶ Facebook: senadofederal

▶ Twitter: @agencia_senado

▶ TV: www.senado.leg.br/TV

▶ Taquigrafia:

<http://bit.ly/comissaoDireitosHumanos>

Senadores pegaram em armas no Sul em 1893

Na sangrenta Revolução Federalista, que custou 10 mil vidas, o senador Eduardo Wandenkolk se uniu aos revolucionários e o colega Pinheiro Machado lutou ao lado dos legalistas. A paz foi assinada há 120 anos, em agosto de 1895

Ricardo Westin

UMA DAS HISTÓRIAS mais ensinadas nos colégios diz que a ruptura de 1889 ocorreu sem derramamento de sangue. De fato, a Proclamação da República, no Rio, foi um ato pacífico. Mas houve, sim, uma reação sangrenta ao sepultamento do Império. Ela se daria pouco tempo depois e a centenas de quilômetros da capital.

Foi a Revolução Federalista, a guerra civil que explodiu no Rio Grande do Sul em 1893 e mais tarde arrastou Santa Catarina e o Paraná. Os enfrentamentos se estenderam por dois anos e meio e terminaram com um saldo estimado de 10 mil cadáveres.

O acordo de paz, em 23 de agosto de 1895, completa 120 anos neste mês.

Para não perder o poder, os velhos barões do Império viraram a casaca em 1889 e conseguiram se transformar na nova elite da República. O Rio Grande do Sul foi exceção.

Na monarquia, o governo gaúcho esteve nas mãos dos fazendeiros. O último governador foi o estancieiro Gaspar da Silveira Martins, que era próximo de dom Pedro II. Na República, o poder foi tomado por intelectuais urbanos liderados pelo jornalista Júlio de Castilhos, governador gaúcho no início da República.

Uma das medidas de Castilhos foi impor uma Constituição estadual que concedia poderes quase ditatoriais ao governador. Esse foi o estopim para que Silveira Martins mobilizasse seus seguidores para derrubar o “tirano”.

Na Revolução Federalista, o estado ficou rachado entre os revolucionários (ou maragatos, grupo de Silveira Martins) e os legalistas (ou chimangos, grupo de Castilhos).

Os revolucionários, que se

compunham basicamente de estancieiros e seus peões, estavam acostumados a matar ovelhas cortando-lhes o pescoço com um punhal e adaptaram essa cruel forma de execução à guerra — daí o apelido Guerra da Degola.

O conflito também rachou os senadores, mostram documentos históricos guardados no Arquivo do Senado, em Brasília. Elizeu de Souza Martins (PI), em junho de 1893, discursou contra os legalistas:

— Não há outra Constituição ridícula como aquela.

No campo oposto, Manoel Victorino (BA) atacou:

— A República não pode ter maior adversário do que o senhor Gaspar da Silveira Martins, que está habituado a dominar desde o Império e não se sujeitará a estar em plano secundário na República.

Theodoreto Souto (CE) adotou um tom conciliador:

— O Senado é o grande responsável pelo regime federal. Não lhe é permitido permanecer imóvel diante de situações como a do Rio Grande do Sul, teatro de uma revolução devastadora e em que se consomem milhares de vidas, milhares de contos e o sentimento supremo da integridade da pátria.

Bate-boca

Dos senadores, dois pegaram em armas nos campos de batalha do Sul. Foram eles o legalista Pinheiro Machado (RS) e o revolucionário Eduardo Wandenkolk (DF).

Em maio de 1893, o Plenário discutia se daria ou não licença a Pinheiro Machado. Para Almeida Barreto (PB), a ausência do colega gaúcho naquele ano legislativo não deveria ser autorizada:

— Por mais que mereça o ilustre senador deixar de comparecer à presente sessão legislativa por achar-se de



A maior parte das batalhas da Revolução Federalista (1893-1895) se deu nas planícies do Rio Grande do Sul

arma em punho, batendo-se em favor de um governo que tem feito derramar rios de sangue, não posso concorrer com meu voto para ser atendido semelhante pedido, que abre precedente prejudicial à gestão dos negócios públicos.

Aristides Lobo (DF) rebateu:

— Coloque-se o honrado senador na posição dele. Não estamos expostos às Mannlichers [tipo de rifle] e outras armas com que estão sendo fuzilados ele e seus companheiros. Fariamos uma injustiça recusando a licença.

O Senado concedeu a licença, e Pinheiro Machado, que já tinha no currículo a Guerra do Paraguai, comandou uma divisão legalista.

Embora não tenha ultrapassado os limites da Região Sul, a Revolução Federalista ganhou caráter nacional. Temendo que a guerra implodisse a frágil República, o presidente Floriano Peixoto enviou tropas em socorro do governador Castilhos. Os revolucionários, então, passaram a lutar pela queda também de Floriano.

O senador Eduardo Wandenkolk virou protagonista da guerra em 1893, quando foi preso na costa de Santa Catarina, num navio, dias após ter ajudado os revolucionários a atacar Porto Alegre. Ele era almirante e naquele momento também engrossava outra rebelião contra Floriano, a segunda Revolta

da Armada (Armada era como se conhecia a Marinha).

Em agosto daquele ano, Floriano enviou uma mensagem ao Senado pedindo autorização para processar Wandenkolk por atentado “contra a estabilidade de um Poder constituído e a ordem pública”. Pela Constituição de 1891, senadores e deputados só poderiam ser levados aos tribunais mediante “prévia licença da sua Câmara”.

Após ouvir a mensagem, Coelho Rodrigues (PI) disse:

— Parece-me estar provado que o almirante, nosso colega muito distinto, praticou, se não todos, alguns dos fatos que lhe são arguidos. Esses fatos são de natureza grave.

O Plenário do Senado autorizou o processo.

Acordo de paz

O problema de Wandenkolk não era com Castilhos, mas com Floriano. Em 1891, no lugar de convocar eleições após a renúncia do presidente Deodoro da Fonseca, como mandava a Constituição, o vice Floriano assumiu o poder na marra. O almirante Wandenkolk assinou um manifesto por eleições imediatas e, em resposta, foi reformado (aposentado) e preso.

O ódio de Wandenkolk por Floriano tinha mais um motivo. O almirante havia sido derrotado pelo marechal na disputa pela Vice-Presidência na eleição indireta de 1891.

Os revoltosos perderam o rumo em agosto de 1894, quando Gumercindo Saraiva, um de seus principais líderes, foi morto. Sem chance de vitória, eles aceitaram assinar o acordo de paz um ano depois, com a promessa de não serem punidos.

O Arquivo do Senado preserva o documento que Prudente de Moraes, sucessor de Floriano, enviou ao Congresso anunciando por fim a paz.



Rebelde mata adversário: conflito ganhou apelido de Guerra da Degola

O senador Joaquim Catunda (CE) comemorou:

— Fez-se a paz e em condições tais que a República e a autoridade que a representa saíram ilesas. Fez-se também sem humilhação para os revoltosos, em termos honrosos e satisfatórios para todos.

Na realidade, os termos foram bem mais satisfatórios para os legalistas. A Constituição gaúcha não foi modificada, e Júlio de Castilhos se manteve no governo até 1898.

Em outubro, o Congresso aprovou o projeto de lei que concedia anistia aos revolucionários — incluindo Wandenkolk, que pôde voltar para a Marinha e para o Senado.

O historiador Rafael Sêga, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, explica:

— A versão de que a República foi imposta sem sangue foi criada pela classe dominante, que queria se legitimar. O golpe de 1889 pegou o país desprevenido e foram necessários três ou quatro anos para que as mágoas aflorassem e as elites do Império, aliadas do poder, reagissem. A Revolução Federalista abriu a porteira para uma série de conflitos cruentos, como Canudos e o Contestado. De pacífica, a história do Brasil não tem nada.

Arquivo do Senado Federal

Cumpro o grato dever de vos comunicar a terminação da lucta civil que tem perturbado a vida da Republica ha mais de 2 annos. Submetten-do-se ao regimen legal e ás autoridades constituídas da União e do Estado do Rio Grande do Sul, os revolucionarios depuzerao as armas em 23 do corrente.

Trecho da mensagem do presidente Prudente de Moraes ao Congresso em 1895 informando que a guerra acabou

Veja o vídeo da Agência Senado: <http://bit.ly/arquivoSDegola>
Leia as reportagens anteriores: <http://bit.ly/arquivos>

A seção Arquivo S, resultado de uma parceria entre o Jornal do Senado e o Arquivo do Senado, é publicada na primeira segunda-feira de cada mês.